

Programa de Avaliação Institucional: possibilidades, desafios e perspectivas

MARIA ELISA EHRHARDT CARBONARI*

Recebido: 19/10/2005

Aprovado: 16/01/2006

* Vice-Reitora do Centro Universitário Anhanguera, Coordenadora do Programa de Avaliação Institucional - elisa@unianhanguera.edu.br

Resumo: Este estudo tem como propósito investigar os desafios e as perspectivas que justificam a existência da Avaliação Institucional das Instituições de Ensino Superior (IES). A análise desenvolvida parte das ações técnicas de avaliação, numa determinada experiência universitária onde acontecem as pesquisas de opinião que apontam o índice de satisfação da comunidade acadêmica, determinando os rumos dos serviços e metas institucionais apresentadas numa dada realidade pedagógica e administrativa. A investigação considerou os limites e possibilidades de uma avaliação que, transcendendo o ato técnico de levantamento de dados, ultrapassasse a identidade controladora clássica da avaliação possibilitando uma avaliação participativa emancipatória. Analisa as mudanças legais da avaliação - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), apresenta resultados, contradições e propostas de produção de uma cultura participativa de avaliação nas IES.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; SINAES; Avaliação Participativa; Cultura da Avaliação.

Abstract: The purpose of this work is to investigate the challenges and perspectives that justify the Evaluation of Higher Education Institutions. The analysis is based on the technical actions of evaluation in a specific experience in which opinion polls were made to survey the satisfaction of the academic community, determining the directions of the services and institutional goals presented in a pedagogical and administrative reality. The investigation considered the limitations and possibilities of an evaluation that, transcending the technical act of data surveys, may surpass the classic controlling identity of evaluation, becoming a participative and emancipative process. Finally, this work analyses the legal changes in evaluation - National System for Higher Education Evaluation (SINAES), and presents results, contradictions and proposals for the creation of a participative evaluation culture in the Higher Education Institutions.

Keywords: Institutional Evaluation; Brazilian National System of Higher Education Evaluation-SINAES; Participative culture of evaluation.

A auto-avaliação institucional deve ter, portanto, um caráter educativo, de melhoria e de auto-regulação. Deve buscar compreender a cultura e a vida de cada instituição em suas múltiplas manifestações. (SINAES, 2003, p. 103)

Introdução

A questão da avaliação institucional da universidade brasileira hoje independente da legislação que a regulamenta desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 (LDBN/1996), até a Lei 10.861, de 14 de abril de 2004-SINAES, que determina a sua obrigatoriedade, e da Portaria 2.051, de 09 de julho de 2004, que regulamenta os seus procedimentos, tem sido tema de estudos, quase sempre técnicos, na área das Ciências Humanas.

Nossos estudos nos levam a considerar que a avaliação institucional no cenário político econômico social na qual ela está inserida percorre dois caminhos.

A primeira opção está voltada para o cumprimento dessa exigência de forma burocrática atendendo apenas à concepção controladora regulatória, traduzindo-se na forma mais fácil e rápida de cumpri-la, não necessitando de muitos investimentos. Para tanto, a IES utiliza-se de um questionário aplicado num determinado momento a todo o corpo discente, em seguida, processam-se tecnicamente esses dados transformando-os em volumosos relatórios com inúmeras estatísticas de difícil entendimento e ficam por aí.

Aderir a esta opção significa seguir os ditames dos processos controladores e ficar apenas na etapa técnica dos dados estatísticos. Esses documentos ficam esquecidos nos arquivos acadêmicos e só são apresentados quando solicitados por comissões do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em função dos processos de autorização, reconhecimento dos cursos, visita das comissões de avaliação das condições de ensino, credenciamento e recredenciamento de Universidades e Centros Universitários. Esses dados podem não corresponder à realidade, uma vez que foram adquiridos através de um processo implantado apenas para cumprir uma determinação da legislação do ensino superior, sem a participação da comunidade acadêmica, representada de forma legítima. Portanto, imposto de forma muito sutil e rápida sem deixar que os envolvidos tenham tempo e espaço para tomar consciência e notar a responsabilidade do que está por trás desse procedimento.

É importante notar que esse quadro começa a mudar com a implantação do SINAES, através do diferencial que considera a avaliação como um processo global e do respeito à identidade de cada instituição, e que cada etapa leva em consideração as demais.

A política democrática que deve fazer parte do processo educacional de gestão das instituições, principalmente no que diz respeito à avaliação, pressupõe espaço de discussão dos procedimentos que envolvem todo o processo. Para a instituição agir de acordo com o princípio democrático é preciso investir em recursos humanos demandando remuneração, acarretando investimentos financeiros. Esse certamente se torna o maior entrave para que as instituições desenvolvam programas de avaliação institucional de forma participativa.

Portanto, cumprir a legislação quanto à obrigatoriedade da avaliação de forma burocrática é a maneira mais rápida e a menos dispendiosa, considerando que os próprios gestores se incumbem de realizá-la, porque quanto maior for o espaço disponibilizado maior é o número de pessoas envolvidas gerando custos, cerceando o poder de gestão da instituição.

Esse parece ser o procedimento de algumas instituições no momento, talvez até pelo fato de estarmos aguardando maiores definições sobre a política educacional de avaliação envolta na reforma do ensino superior ainda não concluída. Esperamos que esse procedimento possa ser modificado gradativamente em função da atual proposta de avaliação do ensino superior, SINAES, que tem por finalidade:

A política democrática que deve fazer parte do processo educacional de gestão das instituições, principalmente no que diz respeito à avaliação, pressupõe espaço de discussão dos procedimentos que envolvem todo o processo

A melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de ensino superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção de valores democráticos, no respeito à diferença e a diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Lei 10.861-14 de abril 2004).

Esses objetivos só serão alcançados se as instituições assumirem o compromisso de realizar um processo de avaliação institucional dentro de uma perspectiva de participação emancipatória através da utilização do exercício da avaliação como um espaço de análise e investigação institucional.

Insistimos em apontar o fato de que não basta a obrigatoriedade da legislação da avaliação institucional para garantir o efeito do compromisso social que faz parte da função social da universidade. A proposta apresentada traz uma distinção fundamental que reside na intencionalidade dos gestores e na utilização do espaço proporcionado pela avaliação no interior das instituições explorando as contradições entre os dois modelos: a avaliação controladora e a participativa emancipatória. A utilização dessa metodologia nos leva a entender porque é necessário que se acabe encerrando esse ciclo de controle e punição.

Assim que “o mercado de serviços” percebeu a obrigatoriedade da avaliação institucional, exigida pela legislação, surgiu um nicho para que muitos profissionais pudessem apresentar, às instituições, programas prontos para serem aplicados de forma rápida e a custo baixo evitando transtornos acadêmicos. Do ponto de vista técni-

co esses programas são muito bem elaborados e têm méritos. No entanto, o problema não reside aí. Fazer uso dessa sistemática é uma opção da instituição. O problema é que, por ser um pacote pronto, não existe a participação da comunidade acadêmica, favorecendo a sua realização apenas do ponto de vista da obediência, no sentido técnico. Sabemos que a gestão universitária não se esgota no universo técnico, antes necessita atingir patamares mais elevados, de comprometimento político e ético para com a comunidade acadêmica e com a sociedade na qual ela está inserida.

A segunda opção propõe a implantação de um processo de avaliação inteiramente voltado para a instituição através da ampla participação de toda a comunidade acadêmica e, principalmente, que ultrapasse a dimensão meramente técnica, adentrando à questão diagnóstica como ponto de partida para as etapas seguintes de análise e interpretação desses dados, culminando com a elaboração do plano de melhorias, tornando públicos todos os resultados de forma a legitimar através de atitudes transparentes o processo como um todo.

Além da fase inicial que compreende o diagnóstico da instituição, o processo prossegue através da fase de análise dos dados que são examinados de forma detalhada por todos os setores envolvidos, até chegar à elaboração de um plano de melhorias que será apresentado aos dirigentes da instituição. Em seguida, é elaborado um plano de ação dessas melhorias, na visão da comunidade acadêmica.

As Etapas do Programa de Avaliação Institucional Participativo-Emancipatório

Operacionalização da auto-avaliação

O quadro ao lado apresenta as etapas que compreendem a proposta de avaliação institucional desenvolvida concomitantemente sob a dimensão do caráter educativo e de auto-regulação. No que se refere ao aspecto da divulgação, socialização e participação acontece o mesmo, todas as etapas passam por essa dimensão.

O quadro apresenta as doze etapas da avaliação que estão divididas para efeito de organização sistemática do processo, em três fases: a *primeira* compreende a etapa do número um ao número três, denominada fase de construção e socialização do processo; a *segunda* compreende a etapa do número quatro ao número seis, denominada de avaliação técnico formal; a *terceira* compreende o restante, ou seja do número sete ao número doze, denominada de utilização dos resultados.

Ainda com o intuito de explicar melhor o processo como um todo, fizemos uma divisão das etapas, do número um ao seis, que se referem aos aspectos formais técnicos, onde se realiza a avaliação quantitativa para dar origem aos dados, que por sua vez fornecerão os diagnósticos. A outra divisão começa no número sete e vai até a última, onde estão os aspectos subjetivos sociais característicos da avaliação qualitativa, através da interpretação, análise e valoração dos dados coletados.

Operacionalização da auto-avaliação

Divulgação / Participação/Socialização	Construção, socialização do Processo	Nº	Etapas	Aspectos formais técnicos / Av. quantitativa Diagnóstico
		1	Estudos preliminares sobre o Programa de Avaliação Institucional	
		2	Elaboração e reestruturação dos procedimentos e instrumentos	
	3	Divulgação do Programa – reuniões, visitas às salas de aula/setores		
	4	Aplicação dos instrumentos via internet on line		
	5	Tabulação dos dados – elaboração de tabelas e gráficos		
	6	Publicação dos resultados		
	Utilização dos Resultados	7	Reunião com professores e coordenadores – auto-avaliação	Aspectos sociais / Av. qualitativa Interpretação / Análise / Valoração
		8	Retorno dos resultados da avaliação individual dos professores e coordenadores	
		9	Reunião geral para análise, discussão dos resultados	
		10	Elaboração do Plano de melhorias – professores/ coordenadores/setores	
		11	Elaboração do Plano de Ações	
12		Reunião para discussão geral e elaboração do relatório final		

Os Resultados Mudanças e Benefícios Evidenciados na Comunidade Acadêmica

A seguir apresentamos de forma resumida as reais mudanças que pudemos evidenciar na comunidade acadêmica por ocasião da implantação do programa de avaliação – processo participativo/voluntário/intencional de forma continuada desde 1997, registradas nos relatórios finais de cada processo da avaliação, através de dados e depoimentos.

As mudanças que puderam ser evidenciadas através da auto-avaliação institucional podem ser classificadas em três dimensões:

1) Docente

As mudanças no corpo docente decorrentes da avaliação institucional puderam ser evidenciadas desde o início de implantação do programa, considerando a adesão dos docentes às atividades que fazem parte de todo o processo através da participação nas reuniões programadas em calendário específico. No início do ano letivo os docentes são convidados a participar das reuniões de planejamento sobre o programa e recebem um calendário com a programação de todas as etapas que compreendem o processo desde os estudos preliminares até a elaboração do relatório final.

É importante destacar o fato da participação dos docentes independente da sua carga horária dedicada à instituição. Como todas as reuniões são remuneradas tornando-se também um incentivo ao docente, com o passar do tempo vai sendo desenvolvida uma cultura da avaliação dentro do espaço da avaliação institucional num ambiente democrático, considerando a diversidade de pessoas participantes representando todos os setores desde a Reitoria até o representante da comunidade externa.

Outro aspecto que colabora para provocar mudanças significativas no corpo docente está relacionada à elaboração do plano de melhorias, traduzido no compromisso consciente e responsável de modificar as atitudes e ações que foram apontadas como carentes. Isso vem ao encontro da concepção do processo emancipatório traduzido em procedimentos que conduzem o docente à real transformação da realidade diagnosticada. As mudanças ocorridas estão diretamente ligadas à efetiva participação do docente, assumindo a função de ator e sujeito do processo comprometendo-se com a missão, o projeto pedagógico e a filosofia da instituição. Isso evidentemente reverte-se em benefício para o docente como profissional e para a comunidade acadêmica como um todo, melhorando a qualidade do processo ensino aprendizagem. Isso pode ser comprovado através dos depoimentos nos relatórios da avaliação.

2) Discente

As mudanças no corpo discente referem-se ao comportamento e atitude em relação ao comprometimento com os estudos e com a instituição de forma geral. A divulgação do processo de forma transparente e direta principalmente através de visita às salas de aula, traduz-se num procedimento que dá legitimidade e segurança aos estudantes, no sentido de responder os questionários para obtermos um diagnóstico o mais real possível isento de interferências que possam distorcer os dados do diagnóstico. O estudante passa a acreditar e confiar mais na instituição modificando a própria relação com os professores, coordenadores, diretores e todos os membros da instituição, gradativamente vão modificando a atitude gerada num ambiente propício para desenvolver uma responsabilidade compartilhada e principalmente uma cultura de avaliação. O fato do estudante chegar a ponto de sentir-se como um “cidadão acadêmico” no meio universitário apresenta-se de forma inusitada no panorama da avaliação institucional.

Isso ocorre na proposta participativa onde os estudantes são considerados atores do processo e atuam como sujeitos exercendo essa função como “cidadãos acadêmicos”, através de reuniões com os representantes, da publicação do resultado na própria sala de aula, contendo assinatura do representante de classe e do apoio dos professores e coordenadores.

Esses procedimentos que evoluem gradativamente com o desenrolar do processo de forma continuada ano a ano, permite o desenvolvimento de uma “cultura da

avaliação” que ganha força e fica cada vez mais sedimentada através da sua permanente continuidade.

3) Gestão administrativa e pedagógica

A partir do pressuposto de que existe intencionalidade por parte dos gestores acadêmicos em realizar a avaliação institucional com o propósito de criar um espaço democrático de debate dos problemas decorrentes das atividades acadêmicas, e principalmente da intenção de utilizar os resultados dos diagnósticos como instrumento de gestão, considerando a visão da comunidade acadêmica, notamos que a própria instituição modifica-se, uma vez que aceita discutir os caminhos que devem ser trilhados com o propósito de tomar decisões no sentido de uma melhoria contínua de suas atividades.

É importante registrar também que após estudos e debates sobre os diagnósticos, e uma vez elaborados os *planos de melhorias* através de decisões consensuais dos membros da avaliação institucional - Comissão Própria de Avaliação (CPA), essas decisões são colocadas em prática e passam a vigorar como norma no sentido de atingir o propósito de melhoria contínua da qualidade.

Esse procedimento só traz benefícios para a instituição porque coloca em evidência a questão da política educacional, voltada para a ética como elemento permeador das ações realçando a responsabilidade social, a gestão que respeita a dimensão humana através da busca incessante da transparência, tornando a gestão da instituição mais aceitável pelas pessoas no sentido de ganhar confiança e credibilidade.

O eixo central do trabalho está voltado para o processo de avaliação institucional como medida de desempenho envolvendo todas as atividades relacionadas à comunidade acadêmica. Através desse processo obtemos um diagnóstico compreendendo a realidade institucional como um todo.

Neste ponto avançamos através de estudos sobre a questão política, a partir de pressupostos filosóficos, éticos, sociológicos até alcançar a dimensão da emancipação dessa comunidade acadêmica. Os estudos e também os resultados evidenciam que no contexto político social inerente às características do nosso tempo, o processo de avaliação desenvolvido de forma estruturada, sistemática, pautado na participação, na transparência, na negociação e na continuidade de suas ações, pode conduzir essa comunidade a um crescimento, a um amadurecimento através do comprometimento para com o seu trabalho com liberdade e com responsabilidade social atingindo a emancipação.

Não cabe aqui julgar a avaliação institucional da universidade brasileira mesmo porque ela se encontra em processo de reformulação juntamente com a Reforma Universitária, queremos contribuir através de nossos estudos e experiência para o esclarecimento das complexidades que a envolvem que a nosso ver está ligada a diferentes concepções de mundo e da realidade.

No entanto, cabe refletirmos sobre qual é a contribuição que esse processo tão rico e capaz de transformar as concepções que envolvem os problemas do ensino superior atual pode nos fornecer. Para tanto, não podemos nos furtar de apresentar os fundamentos as concepções que fazem parte da sua estrutura. O ponto de partida deve ser sempre o de que avaliar significa produzir sentidos, significa compreender os fatos.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA AVALIAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DO SINAES

Não podemos deixar de refletir sobre a seguinte questão: a comunidade acadêmica que faz parte do ensino superior brasileiro pode vir a ser uma comunidade comprometida emancipada, consciente, responsável, ou vencerão os valores da ideologia do extremo individualismo da globalização capitalista neoliberal levando a comunidade acadêmica a se tornar eminentemente massificadora, transformando a universidade prioritariamente em mais um empreendimento do mundo dos negócios?

A resposta a essas questões se encontra nos resultados e evidências encontradas na utilização do espaço gerado pelo processo de auto-avaliação institucional, empreendido pela própria comunidade como criadora de uma cultura de avaliação consciente e responsável, no sentido de que só podemos melhorar a partir do conhecimento de um diagnóstico de todas as atividades que compreendem a instituição.

Além dessas mudanças pudemos observar alguns fatos significativos que contribuem para o enriquecimento do horizonte político do trabalho, como a possibilidade de produzir na heterogeneidade dos sujeitos e atores históricos um campo de reflexão e ação, articulando os pressupostos filosóficos, éticos e sociológicos emancipatórios da avaliação institucional.

Nossa intenção está direcionada para que os membros do processo de avaliação institucional possam identificar cada um desses pressupostos para que a concepção de seu trabalho possa ir além da produção do conhecimento, como um instrumento de mudança social, a partir de mudanças no sentido da avaliação institucional do ensino superior.

A *cidadania acadêmica* a qual nos referimos, leva todos os participantes a serem sujeitos do processo educacional avaliativo não fazendo distinção de hierarquia, todos têm responsabilidades de acordo com a função que exercem no processo como um todo.

A *emancipação da comunidade acadêmica* acontece porque é gerada durante o processo participativo através da responsabilidade compartilhada do amadurecimento e crescimento de todos. A co-responsabilidade atribuída aos participantes é o elemento que os envolve no sentido de comprometer-se com o objetivo de aperfeiçoamento da qualidade.

A *cultura da avaliação* se estabelece a partir do momento em que a avaliação institucional é concebida e realizada como um amplo processo de conhecimento, interpretação, atribuição de juízos de valor, organização e instauração de ações e metas para melhorar o cumprimento das finalidades da instituição, de forma participativa, transparente e continuada. A partir daí, podemos dizer que a cultura da avaliação pode ser considerada como mais uma importante mudança que pode ser evidenciada na comunidade acadêmica, ou seja, não existe mais resistência ao processo.

A avaliação externa realizada pelas Comissões de especialistas do MEC apresenta, nos relatórios de autorização e reconhecimento dos cursos, aspectos positivos decorrentes do programa de avaliação por ocasião das reuniões e entrevistas. Esses relatórios apontam que tanto o corpo docente como o discente se manifestaram comprometidos com a missão da instituição, ressaltando o bom relacionamento entre alunos, professores, coordenação e direção da instituição o mesmo ocorrendo com os setores de biblioteca e laboratórios.

As transformações ocorridas em relação à avaliação interna por sua vez podem também ser comprovadas através do depoimento de alunos, professores e coordenadores, nos Planos de Melhorias elaborados por todos os setores avaliados. Além disso, existe um espaço para que toda a comunidade se manifesta, tanto publicamente, nas reuniões, quanto sigilosamente, através das sugestões apresentadas por escrito.

Esses registros atestam que o processo de avaliação emancipatória cumpre os seus propósitos, pois permite que a comunidade acadêmica de gestores, professores alunos e funcionários assumam a partir do auto conhecimento crítico da realidade, a responsabilidade coletiva compartilhada de forma igualitária, tomando os rumos do programa em suas mãos.

Esse processo não aconteceu de um dia para o outro, não se fez, como foi descrito nas etapas, sem dificuldades. Os próprios depoimentos evidenciam alguns momentos de incerteza, conflito e contradições. A luta para se estabelecer um consenso relacionado a uma questão que envolve julgamento de valores, muito complexa permitiu gerar o confronto necessário a um processo dialógico que se faz pela participação de seus membros de forma crítica e responsável.

É importante destacar que a realização desse programa de avaliação participativa democrática ocorreu num contexto universitário privilegiado, primeiro porque a sua implantação partiu de uma intencionalidade da Reitoria e permanece até hoje como “*clausula pétrea*”¹ no direcionamento dos caminhos administrativos pedagógicos da instituição. Segundo porque os membros do Departamento de Avaliação Institucional que colaboraram na implantação do programa permanecem até hoje no departa-

1 *Clausula pétrea* – termo jurídico que designa o dispositivo constitucional imutável, não podendo ser alterado nem mesmo por via de Emenda à Constituição.

mento, garantindo a sua continuidade. No entanto, a equipe foi aumentada e renovada em função de novos docentes com experiência na área, juntamente com os membros representantes dos diversos setores que envolve a instituição.

As contribuições que pudemos obter dos pesquisadores já citados DIAS SOBRINHO, RISTOFF, BELLONI, FREITAS são construções exemplares e convites para abordarmos de forma mais aprofundada e criteriosa a questão dos diagnósticos considerados como ponto de partida da fase técnica da avaliação. É através deles que chegamos à compreensão da realidade. O diagnóstico não se resume nos dados estatísticos obtidos através dos questionários. Ele vai além dos números, requer uma análise dos fatos. Todo cuidado é pouco no que diz respeito a obter um diagnóstico sem interferências porque só assim ele será significativo para que as etapas subsequentes sejam mais próximas da realidade.

A referência a estes autores passa a ser considerada como um convite a buscar cada vez mais, como um desafio, o esclarecimento da complexidade que envolve a avaliação institucional em suas múltiplas manifestações culturais e subjetivas.

Só é possível conseguir um diagnóstico legítimo através do desenvolvimento de uma cultura da avaliação onde a comunidade acadêmica envolvida participa do processo de forma comprometida. Portanto, entendemos que a avaliação institucional deve ter início na intencionalidade dos gestores em realizá-la e na utilização dos seus resultados como um instrumento que pode colaborar nas decisões de melhoria contínua da qualidade de todas as atividades que fazem parte do processo educacional.

Os resultados de um processo de avaliação participativa utilizando-se da sistemática que propomos são os elementos mais legítimos e autênticos para os gestores educacionais, porque levam em conta a visão da comunidade acadêmica considerando-os como sujeitos e objeto do processo ao mesmo tempo.

Finalmente, podemos afirmar que existe hoje no Brasil no meio acadêmico do ensino superior uma tendência no sentido de caminhar para essa avaliação participativa-emancipatória, até porque várias entidades já se manifestaram a favor da realização de uma avaliação comprometida. Isso pode ser evidenciado através dos princípios que norteiam o trabalho apresentado no SINAES (2003).

Dando seqüências aos estudos sobre a avaliação surgiram propostas que podemos considerar como as pioneiras no sentido de apresentar um caminho sistemático que pudesse colaborar com as instituições interessadas na implantação de um processo, até então muito complexo e necessitado de esclarecimento quanto a sua implantação, através de uma metodologia que até certo ponto garantisse cientificamente os seus resultados.

Durante os anos de 1993 e 1994 o país viveu momentos históricos significativos no que se refere à avaliação do ensino superior. A iniciativa de instituições, como a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

(ANDIFES), Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e o MEC culminou com o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) que passou a exercer a função não de condutor do processo, mas de articulador e viabilizador.

É importante retomarmos essa questão porque o marco inicial da avaliação institucional tinha, como princípios básicos, a globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade, princípios esses que permanecem hoje na proposta do SINAES (2003).

O que queremos deixar evidente com nossos estudos e principalmente pelo resultado da pesquisa empírica é que a IES hoje precisa ter coragem e desejo investir na avaliação da instituição como um diferencial que se traduz numa atitude transparente de respeito à essa comunidade. Essa atitude se reflete no comprometimento de todos e no papel social inegável que as IES têm para com o desenvolvimento do país.

A IES precisa ter coragem e desejo investir na avaliação da instituição como um diferencial que se traduz numa atitude transparente de respeito à comunidade

Portanto, agir de forma transparente enfatizando a questão da ética, a dimensão humana inerente da educação, é tornar a gestão das IES mais aceitável pelas pessoas no sentido de ganhar confiança e credibilidade.

Ainda resgatando os pontos fundamentais abordados no trabalho destacamos que a avaliação institucional ainda se encontra num estágio de transição lutando contra princípios positivistas, sob forte influência do mercado, expressos na realidade de busca da eficiência, eficácia e efetividade.

Nesse contexto, DIAS SOBRINHO comenta que:

Valores de primeira ordem e como tal aceitos universal e historicamente, como cidadania, solidariedade, cooperação, colegialidade, tolerância, paz, justiça e outros na mesma linha, são substituídos por outros ícones economicistas, como eficiência, produtividade, competitividade, utilidade, funcionalidade, lucratividade. (2000, p. 16)

A avaliação institucional emancipatória tenta negociar e harmonizar esses valores, surgindo um novo modo de fazer ciência, valorizando o oportuno, a situação e as circunstâncias em oposição às verdades fora do espaço e do tempo, exige também novas formas de aprender a fazer ciência. Um dos pontos mais importantes a ser aprendido talvez seja o de fazer ciência no tempo e para o tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IES encontram-se hoje diante de um dilema que é o dilema da avaliação institucional: cumprir a lei optando por implantar uma avaliação sob a perspectiva do controle e da prestação de contas ou investir num programa que ultrapasse essa dimensão através da utilização do exercício da avaliação como espaço de análise e investigação institucional.

A questão da avaliação institucional hoje através dos estudos proporcionados pelo SINAES, bases para uma nova proposta de Avaliação da Educação Superior Brasileira, ganha um espaço significativo em várias dimensões, no entanto queremos destacar a questão dos consensos apenas para esclarecer o ponto de vista relacionado à avaliação emancipatória.

O SINAES apresenta no roteiro básico do processo de avaliação institucional elementos para a constituição de indicadores qualitativos. Cada instituição deverá orientar a construção do seu processo de avaliação selecionando os itens e indicadores que lhes forem pertinentes. Essa questão é fundamental no processo emancipatório de avaliação institucional porque pressupõe que esses indicadores sejam determinados de forma consensual pelos membros da comunidade acadêmica. Essa atitude reflete a importância dada à instituição no sentido de preservar a sua identidade de acordo com o contexto político social ao qual ela pertence, ou seja, respeito à diversidade de cada instituição.

O mérito da avaliação emancipatória vai além da determinação dos consensos, do diagnóstico, da questão técnica, ele reside *na utilização do exercício da avaliação como espaço de análise e investigação institucional através da participação consciente voluntária e responsável de toda a comunidade*. Para alcançar a emancipação nesse espaço discute-se desde as contradições, os consensos, até os pressupostos filosóficos, éticos e sociológicos envolvidos na conjuntura que permeia todas as suas ações.

A perspectiva da participação emancipatória gerada na experiência da avaliação institucional relatada é o ponto que decide a conclusão do trabalho. Ousamos até colocar que a proposta apresentada no SINAES encerra o dilema da avaliação institucional brasileira. A farsa da avaliação institucional reside na disparidade que podemos observar dentro do mesmo indicador considerando realidades completamente diferentes, tanto na estrutura como na questão político social. Aceitar consensos estabelecidos por outros que não consideram a realidade na qual a IES está inserida significa reduzir a avaliação a um escopo muito limitado mantendo a lógica homogeneizante, o que significa que todos são nivelados para baixo.

Nesse contexto é que colocamos o diagnóstico como sendo o ponto de partida dessa análise porque ela está inserida num contexto do significado emancipatório, estamos atribuindo a ela uma outra qualidade de vai além da diagnose ou seja que ela seja promotora desse movimento emancipatório.

Por fim, resta-nos colocar uma palavra de estímulo aos educadores que se dedicam à avaliação de suas instituições, no sentido de afirmar que a prática participativa emancipatória sobre as bases de uma concepção científica, histórica, eticamente responsável e politicamente participativa, é o caminho para a compreensão das mais profundas expressões da condição humana. Daí decorre a necessidade de trabalharmos o espaço e a dimensão dialética da avaliação institucional.

Os debates apresentados nesse trabalho nos levam a continuar aprofundando a discussão sobre os caminhos da avaliação institucional, buscando ampliar os reducionismos históricos e a superficialidade de muitas das apresentações, no senso comum, das conflituosas dimensões e construções subjetivas advindas das contradições e dilemas da avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- ALMEIDA, M. L. *Universidade Pública & Iniciativa privada: os desafios da globalização*. Campinas: Ed. Alinea, 2002.
- AVALIAÇÃO: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Campinas: RAIES, v.8, n.3, set. 2003.
- BALZAN, Newton C.; DIAS SOBRINHO, José (Orgs.). *Avaliação Institucional: teorias e experiências*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- BELLONI, Isaura. "A Função Social da Avaliação Institucional". In: *Avaliação*. Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. RAIES. V.3,n.4,dez. 1998, pp.37-50.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 15 abril 2004. p. 3, Col.1.
- BRASIL. Parecer nº 0063, de 20 de fevereiro de 2002. Aprovação do Sistema de Avaliação do Ensino Superior.
- CARBONARI, A. N. A questão da autonomia nas IES. *Revista Ensino Superior*. Ed. Segmento. São Paulo. Ano 6, n. 63. Dezembro. 2003.

- CARBONARI, Maria Elisa E. Avaliação institucional: espaço de controle, gestão ou planejamento emancipatório? Marcos históricos e fundamentos filosóficos. *Revista de Educação*, Pirassununga, v.5, n.5, out. 2002.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA. Programa de Avaliação Institucional. Departamento de Avaliação Institucional. Leme. 1996.
- CASTRO, Cláudio Moura. Marco legal do ensino superior particular. Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino superior. *Cadernos ABMES*. Brasília, 2004.
- CHAUÍ, Maria Helena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.
- CRUB. Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Projeto de Avaliação Institucional para as Universidades Brasileiras. *Avaliação: Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, v.6, n.1, p.7-14, mar. 2002.
- DIAS SOBRINHO, J. e BALZAN, N. C. (orgs.) *Avaliação Institucional: Teoria e Experiências*, São Paulo, 2. Ed. Cortez, 2000.
- _____. "Universidade: processos de socialização e processos pedagógicos". In: BALZAN, Newton C. ; DIAS SOBRINHO, José (Orgs.) *Avaliação Institucional: teorias e experiências*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.15-36.
- _____. *Universidade e Avaliação entre a ética e Mercado*. Florianópolis: Ed. Insular, 2002.
- DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo. *Universidade desconstruída: Avaliação Institucional e Resistência*. Florianópolis: Ed. Insular, 2000.
- _____. (orgs.). *Avaliação democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Ed. Insular, 2002.
- _____. (orgs.). *Avaliação e compromisso público: a educação superior em debate*. Florianópolis: Ed. Insular, 2003.
- FREITAS, Luiz Carlos (org). *Avaliação das escolas e universidades*. Campinas: Komedi, 2003. (Série avaliação: construindo o campo e a crítica).
- GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- HABERMAS, J. O Discurso Filosófico da Modernidade. São Paulo. Ed. Martins Fontes, 2000.
- NUNES, César. *Educar para a Emancipação*. Florianópolis: Ed. Sophos, 2003.
- PAIUB. Documento Básico. Avaliação das Universidades Brasileiras: uma Proposta Nacional. Comissão Nacional de Avaliação. Brasília. 26/nov./1993.

- RANIERI, Nina Beatriz. *Educação Superior, Direito e Estado: na lei de Diretrizes e Bases* (Lei nº 9.394/96). São Paulo: EDUSP, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. *A Universidade necessária*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.
- SANTOS, F. GAMBOA, S. *Pesquisa Educacional: quantidade-qualidade* (org.) 4 ed. SP. Cortez, 2001 (Coleção Questões da Nossa Época; v. 42).
- SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAVIANI, Dermeval. *Política e Educação no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
- SCHAFF, Adam. *A Sociedade Informática*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.
- SCHWARTZMAN, S. ; DURHAM, E. *Avaliação do Ensino Superior*. São Paulo: EDUSP, 1992.
- SGUISSARDI, Valdemar. (Org.). *Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da Educação Superior*. Campinas: Autores Associados, 1997.
- SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior . Brasília: INEP, 2003.
- SOUZA, A. M. C. Avaliação institucional para a melhoria do ensino e da aprendizagem. In FELTRAN (org) *Avaliação na Educação Superior*.Ed. Papirus, Campinas, 2002.
- UNESCO. Declaração Mundial sobre a Educação Superior. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998.